

A ESQUEMÁTICA DE PODER EM NYE E O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI¹

Friedrich Maier²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Graduação em Relações Internacionais

Trabalho financiado pela “FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo”

Resumo:

O poder brando (*soft power*) e o poder duro (*hard power*) possuem ampla ressonância dentro do campo de estudo das relações internacionais, figurando enquanto conceitos cristalizados na mídia, declarações oficiais e análises de política exterior. O seguinte trabalho se propõe a analisar esses conceitos apontando relação com a categoria de hegemonia de Antonio Gramsci e, a partir de tal relação, infere algumas críticas metodológicas conjuntamente com a obra de outros autores. A tentativa de Nye, de separar o centauro maquiavélico recuperado por Gramsci, revela falhas dentro da esquemática de poder desse importante autor da corrente liberal das relações internacionais.

Palavras chaves: poder brando, poder duro, hegemonia.

Abstract:

Soft and hard power are concepts with high relevance on international relations field of study, appearing like “crystalized concepts” on media, official statements and international policy reviews. The following paper aims to analyze these concepts and to point a relation with Gramsci’s concept of “hegemony”. Then, we propose, using other authors, some critics about methodological issues. Nye’s attempt of detach the Machiavellian centaur recovered by Gramsci reveals some fails inside the theory of this important author of liberal school of international relations.

Key words: soft power, hard power, hegemony.

1 Introdução

Joseph S. Nye Jr é um dos teóricos mais reconhecidos dentro do campo de estudos das Relações Internacionais. Seus trabalhos versam sobre questões como os efeitos da globalização, a cooperação internacional e a manutenção da liderança estadunidense a nível

¹ O presente artigo figura um desdobramento de uma pesquisa de maior complexidade intitulada “A REVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PODER CIBERNÉTICO: um mapeamento conceitual em Joseph S. Nye Jr.”, ainda a ser publicada.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), na Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (FFC). Contato: fmaier250@gmail.com

global. As proposições teóricas desse importante autor passaram a ganhar ressonância ainda na década de 1970, com a publicação de “Power and Interdependence”, em coautoria com o professor também estadunidense Roberto O. Keohane, no qual o conceito de interdependência complexa é cunhado: uma espécie de relação entre os Estados dentro do sistema internacional que envolve custos, elevando a complexidade da atuação em âmbito global.

Todavia, é em 1990 com o livro “Bound to Lead” que Nye proporá uma nova terminologia para tratar do conceito, muito em voga nas relações internacionais, de poder. O autor afirma uma concepção de poder que leve em conta não somente os recursos materiais do mesmo (população, território, PIB, forças armadas) mas também uma espécie de poder comportamental, isto é, o comportamento por trás dos empregos das diversas fontes de poder. Surgem então, os conceitos de poder brando (soft power) e poder duro (hard power) que atualmente são amplamente utilizados dentro desse promissor campo de estudo.

A partir de um mapeamento conceitual que passou pelas principais obras teóricas do autor *sub examine* identifico, em conjunto com outros comentadores, algumas questões de caráter metodológico e teórico que apontam para certas imprecisões. Além disso, identifico também dentre os conceitos cristalizados do autor uma relação muito intensa com algumas das proposições gramscianas para a categoria de hegemonia.

Desse modo, proponho responder a seguinte pergunta: “A partir da leitura em extensão das obras de maior volume teórico de Joseph S. Nye Jr qual a sistemática de poder proposta pelo autor e de que modo essa se relaciona com a categoria gramsciana de hegemonia?”. Minha principal hipótese é de que a esquemática do autor padece de algumas imprecisões e falhas metodológicas que descendem de uma apropriação incompleta dos pressupostos gramscianos, a saber, Nye realiza uma divisão arbitrária entre poder brando e poder duro (o consenso e a coerção do comunista sardo) sem indicação de pontos teóricos capazes de sustentar tal separação; Aponto também que essa apropriação incompleta pode residir no fato do contato de Nye com Gramsci passar por deturpações.

Para fornecer a resposta para tal pergunta e comprovar ou não essa hipótese, lanço mão das seções a seguir, de modo que a segunda seção demonstra a sistemática de poder proposta por Nye, apontando para as peculiaridades da mesma. Já na terceira seção, aponto a relação entre os conceitos desse autor com a categoria gramsciana de hegemonia, perpassando

por outros autores que também apontam essa relação. As críticas à metodologia de Nye constarão na quarta seção. E, por fim, tecem-se algumas considerações que em nosso caso são parciais, uma vez que a pesquisa ainda se encontra longe de seu término.

2 A esquemática de poder de Nye e seu “novo” poder

Como já disse acima, é em *Bound to Lead* (1990), que Joseph S. Nye Jr lançará mão de seus argumentos que alteram a visão clássica de poder. Suas apreensões sobre o status da política internacional apontam para uma mudança, ainda que em estágios iniciais, dentro das relações internacionais. Os motivos dessa mudança abarcam uma série de fatores, como a globalização, o fim do conflito entre EUA e URSS, o notável grau de interdependência econômica e a revolução da informação³.

Os fatores acima elencados alterariam a forma como o poder se manifesta e como os políticos devem avaliá-lo. Sob o pretexto de que as atuais teorias de relações internacionais não são capazes de compreender toda a complexidade do sistema internacional⁴. Nye argumentará a necessidade de uma aproximação ao conceito de poder que leve em consideração suas duas faces, uma baseada na sua característica comportamental (*behavioral power*) e uma baseada em suas fontes (*resource power*).

Dessa forma, o poder comportamental divide-se em mais duas formas: o poder de comando (*command power*) e o poder cooptivo (*co-optive power*). O poder de comando é definido sinteticamente por Nye como uma “habilidade de mudar o que os outros fazem” (NYE, 1990, p. 267, tradução nossa) e se manifesta por meio da coerção ou da indução⁵. Já o poder cooptivo refere-se à habilidade de modificar as preferências dos outros atores, isto é, moldar o pensamento dos outros para que estes ajam de uma determinada forma (NYE, 1990).

³ A revolução da informação refere-se para Nye aos rápidos avanços científicos em tecnologias de comunicação que diminuem drasticamente os custos de produção, transmissão e processamento da informação. Esse processo tem notável caráter transformador para as relações internacionais, uma vez que tende a aumentar a complexidade de ação estatal ao promover a difusão do poder, a emergência da importância do poder brando e requerer a alteração do comportamento dos Estados Unidos da América em suas relações internacionais. Para mais informações ver: NYE, 1998; 2002; 2004; 2010, 2015.

⁴ Nye mantém uma postura de diálogo com os autores realistas, isto é, não descarta todos os seus pressupostos, mas apresenta uma série de correções. Como podemos ver em: "A resposta apropriada para as mudanças que ocorrem na política mundial não é desacreditar a sabedoria tradicional do realismo e sua preocupação com o equilíbrio de poder militar, mas a perceber suas limitações e completá-la com ideias da abordagem liberal." (NYE, 1990, p. 178, tradução nossa).

⁵ Para simplificar a explicação, o autor utiliza a popular expressão em inglês “sticks and carrots” (paus e cenouras) para referir-se aos modos de se obter poder de comando, numa aproximação, essa expressão significa uma combinação de punição (militar) e recompensa (econômica). Ver: NYE Jr, 1990.

Seguindo dentro da conceitualização do ator, cada forma de poder comportamental tem por base uma fonte de poder. Portanto, o poder de comando, por consistir principalmente em uma ação de coerção ou recompensa relaciona-se às fontes de poder duro (hard power), enquanto que o poder cooptivo, consistindo na atração e persuasão, relaciona-se às fontes de poder brando (soft power). O autor lança mão de ressalva, afirmando a inexatidão dessa relação, demonstrando a possibilidade de relação entre o poder de comando e as fontes de poder brando em alguns casos, da mesma forma que o poder cooptivo pode se relacionar às fontes de poder duro. Todavia, o autor afirma que a relação principal manifesta-se forte o suficiente para que haja a associação entre poder de comando e o poder duro e entre poder cooptivo e o poder brando (NYE, 1990; 1990; 2004).

Apesar da distinção elaborada acima, encontramos em textos posteriores do autor (NYE Jr, 2012, 2015) a utilização indistinta do conceito de “poder brando” para tratar ao mesmo tempo da face comportamental e da face de recursos do poder, isto é, Nye utiliza do conceito de “poder brando” enquanto sinônimo de “poder cooptivo” (face comportamental) e de “poder brando” (fonte de poder). O mesmo aplica-se para o conceito de “poder duro”, utilizado tanto como “poder de comando” (face comportamental) e “poder duro” (fonte de poder). Importante destacar também que em obras mais recentes do autor (NYE Jr, 2012) os conceitos de “poder duro” e “poder brando” são utilizados em conjunto com outros conceitos, como “poder militar” e “poder econômico”. Podemos compreender enfim, numa síntese da sistemática mais atual, que poder brando e poder duro referem-se à face comportamental do emprego dos diversos recursos de poder (econômico, militar, brando⁶) por um determinado ator⁷.

A partir do discutido, compreende-se o poder duro enquanto a manifestação tradicional do “poder” realista, compreendendo uma série de fatos que vão desde o embate direto em uma guerra até às chantagens econômicas por meio de sanções e/ou incentivos tributários. Os recursos desse tipo de comportamento de poder são também os mesmos recursos apontados por autores realistas: a população, o território, a riqueza mineral e natural, a quantidade de capital, a preparação e equipagem das forças armadas, dentre outros; Nye qualifica tais recursos como “tangíveis”, afirmando o poder duro como “tangível”.

⁶ Nesse caso, refere-se às fontes de poder brando.

⁷ Isso significa que cada análise deve levar em conta as fontes de recurso de poder e de que modo foram empregadas a fim de constatar a existência de poder brando ou poder duro.

O poder brando, pelo contrário, se relaciona para um Estado com as fontes de poder “intangíveis”, como a cultura, os valores políticos e a atuação de política externa. Esses componentes manifestam-se internacionalmente e podem atuar de duas formas: uma direta e outra indireta. A primeira forma tem foco nas elites e consiste na tentativa de influenciar pessoas que posteriormente ascenderão à cargos de tomadores de decisão política (policymakers) e atuarão nesse cargo de modo benéfico ao Estado influenciador. O modo indireto consiste em criar dentro do Estado alvo um ambiente “capacitante” a partir da atração e persuasão do público, isto é, um ambiente favorável aos interesses do Estado influenciador, objetivando a mudança no comportamento das elites políticas via pressão popular.

O poder brando seria então uma forma de atuação menos agressiva no ambiente internacional, baseado numa espécie de atração e persuasão que levam à aquiescência. Nye preconiza a necessidade de um melhor balanceamento entre o poder brando e o poder duro, seria o exercício de uma “poder inteligente” (*smart power*) (NYE Jr, 2012; 2015) e, além disso, exorta a importância do poder brando no contexto global atual, no qual a revolução da informação tende a tornar uma parte do poder estatal difusa, ampliando os custos de ação em termos de poder duro (NYE Jr, 2011, 2012).

Em suma, a seção teve por objetivo demonstrar, de forma sintética, a esquemática de poder desenhada por Nye em suas obras de maior expressão. A separação em fontes e comportamentos do “monolítico poder realista”, como já dito anteriormente, ganhou ampla ressonância internacional, passando a configurar como conceito cristalizado dentro das análises de política externa e inclusive na mídia em geral (NYE Jr, 2004, pp. IX-XIII). A próxima seção se debruça sobre a relação entre essa concepção e a categoria de hegemonia, apontando aproximações e distanciamentos.

3 A relação entre o poder de Nye e a hegemonia de Gramsci

Não podemos passar pela obra do autor estadunidense aqui examinado e observar suas proposições acerca do poder brando e do poder duro (militar e econômico) sem apontar considerações sobre a relação desses conceitos com a noção de hegemonia desenvolvida pelo prisioneiro de Mussolini. Cabe ressaltar que o próprio Nye reconhece as ideias de Gramsci em um de seus textos, todavia de modo simples e pouco esclarecedor, como vemos em:

O poder brando repousa sobre a capacidade de definir a agenda política de uma forma que molda as preferências dos outros. A nível pessoal, os pais sábios sabem que se eles criarem seus filhos com as crenças e valores corretos, seu poder será maior e durará mais tempo do que se eles têm contado apenas com palmadas, cortando subsídios, ou tirando as chaves do carro. Do mesmo modo, líderes políticos e pensadores como Antonio Gramsci há muito compreenderam o poder que vem do estabelecimento da agenda e definição da estrutura de um debate. (NYE Jr, 2002, p. 9, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, o presente trabalho dialoga com uma série de comentadores que observam semelhanças entre os conceitos de Nye e a noção de hegemonia para Gramsci. Seguirei desenvolvendo esse argumento. Para tal discutirei de modo breve o conceito de hegemonia proposto por Gramsci, adicionarei considerações de outros comentadores das obras de Nye sobre o assunto e apontarei alguns problemas que surgem nesse ponto.

A começar pela caracterização gramsciana de hegemonia observamos que esta compreende não uma separação, uma relação de independência, mas sim uma unidade orgânica, entre o que o autor chama de coerção e de consenso. Temos nessa categoria a ideia utilizada por Gramsci para desnudar os mecanismos pelos quais determinadas burguesias dirigentes conseguiram obter um certo consenso das classes exploradas garantindo, e até mesmo facilitando, a sua exploração (ZAHARAN & RAMOS, 2006). Partindo desse exemplo claro da realidade, Gramsci apontou para dois tipos de supremacia que poderiam ser atingidos por uma classe dirigente, um baseado em maior grau na coerção, a supremacia, e outro, baseado numa aceitação, num consenso ético, ideológico, educacional da sociedade diante de sua classe dirigente, a hegemonia (Idem).

É que vemos no excerto abaixo no qual Gramsci, ao discutir a questão do Risorgimento Italiano, aponta que a supremacia de um grupo social se manifesta através da força e de uma direção política:

O critério metodológico que deve basear sua análise é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos semelhantes e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais do mesmo para a conquista do poder); depois, quando exercita o poder e também o tem fortemente em mãos, torna-se

dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, Q19, § 24, p. 2010-2011, tradução nossa)⁸

Podemos observar aqui a organicidade do pensamento gramsciano: a hegemonia não pressupõe o fim da ideia de coerção e da mesma forma, a alçada ao poder estatal – principal (mas não único) lócus da coerção – por um determinado grupo social não implica o abandono do status de “dirigente” (consenso).

Essa apreensão da unicidade das categorias carrega a própria discussão da composição do Estado para Gramsci, como um ente composto pela relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Isto significa dizer que para o filósofo sardo não se pode pensar o âmbito estatal sem distinguir – metodologicamente – suas duas esferas, uma civil, composta pelos “aparelhos privados da hegemonia”, as escolas, igrejas, universidades, centros culturais e etc., e uma política, marcada pelo próprio aparelho estatal e suas instituições burocrático-repressivas. Gramsci evidencia tal relação ao discutir a chamada “opinião pública”, apontando para o interesse de monopólio sobre os instrumentos que exercem influência sobre essa:

Aquilo que se chama “opinião pública” está estreitamente ligado com a hegemonia política, aquilo que é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública que pode ser discordante: por isso existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que uma só força modele a opinião e portanto a vontade política nacional, organizando os discursos em uma poeira individual e incoerente. (GRAMSCI, Q 7, § 83, pp. 914-915)⁹

Uma das imagens utilizadas por Gramsci para explicitar essa relação orgânica da qual falamos é o Centauro de Maquiavel, composto pela parte férica (coerção) e humana (consenso), é o que demonstra o professor Bianchi (2008) em:

⁸Original: Il criterio metodologico su cui occorre fondare il proprio esame è questo: che la supremazia di un gruppo sociale si manifesta in due modi, come «dominio» e come «direzione intellettuale e morale». Un gruppo sociale è dominante dei gruppi avversari che tende a «liquidare» o a sottomettere anche con la forza armata ed è dirigente dei gruppi affini e alleati. Un gruppo sociale può e anzi deve essere dirigente già prima di conquistare il potere governativo (è questa una delle condizioni principali per la stessa conquista del potere); dopo, quando esercita il potere e anche se lo tiene fortemente in pugno, diventa dominante ma deve continuare ad essere anche «dirigente».

⁹Original: Ciò che si chiama «opinione pubblica» è strettamente connesso con l'egemonia politica, è cioè il punto di contatto tra la «società civile» e la «società politica», tra il consenso e la forza. [...] L'opinione pubblica è il contenuto politico della volontà politica pubblica che potrebbe essere discorde: perciò esiste la lotta per il monopolio degli organi dell'opinione pubblica: giornali, partiti, parlamento, in modo che una sola forza modelli l'opinione e quindi la volontà politica nazionale, disponendo i discordi in un pulviscolo individuale e disorganico.

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção. (p. 190)

Passamos então para a semelhança entre as ideias de Gramsci e as ideias de Nye. Fica clara a ligação entre os componentes da visão gramsciana de hegemonia, a “coerção” e o “consenso”, e as duas faces do poder do autor estadunidense, o “poder brando” e o “poder duro”. A literatura sobre o tema nos oferece uma série de autores que reconhecem tal semelhança, porém em graus distintos. Os primeiros autores aqui retratados adotam a postura de demonstrar somente que os conceitos de Nye não são originais, apontando a anterioridade de Gramsci. É o caso de Ferreira (s/d) e sua análise do poder brando enquanto conceito-chave na avaliação da política externa estadunidense, que aponta:

Não obstante, apesar do seu pioneirismo nas análises das relações internacionais, a ideia central que gira em torno desse conceito [poder brando] não é nova na ciência política. Antonio Gramsci, ao discorrer sobre a noção de hegemonia, explicou que esta se exerce pela combinação da força e do consenso, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...)”. (GRAMSCI, 2000, p. 95). O próprio Nye afirma que a ideia de se determinar o arcabouço do debate político já tinha sido discutida anteriormente por Gramsci (p. 5).

Manifesta-se em termos semelhantes Mercer (s/d) ao chamar a atenção para a necessidade de um retorno à Gramsci e sua forma de abordar a cultura, afirmando que a pertinência desse retorno se justifica justamente no momento em que o conceito de poder brando – símile de Gramsci – está em auge. De modo semelhante, também Li e Hong (2012) evidenciam o poder brando como uma das “palavras-chave” dos anos recentes, mas destacam que tal conceito não é absolutamente novo, evidenciando que há meio século antes de Nye, Gramsci já se debruçava sobre a questão da cultura (um dos componentes do poder brando) ao tratar da hegemonia.

Há também entre os comentadores uma segunda postura, que procura demonstrar não apenas a anterioridade das ideias de Gramsci em relação à Nye, mas também que tais ideias serviram em realidade de substrato teórico e exerceram influência direta na sistemática de

poder do autor estadunidense. É o que propõe Eustáquio (s/d) em texto que procura avaliar o paradigma gramsciano como fonte da teoria do poder brando, no qual encontramos que:

se nos afigura fundamental para o processo de indagação das fontes da teoria do soft power: a leitura crítica do materialismo marxista feita pelo filósofo político italiano Antonio Gramsci (1891-1937) consubstanciada na teoria da hegemonia, que retoma e aprofunda algumas linhas do pensamento de Lenine (187-1924) (p. 2).

O mesmo autor conclui após desenvolvimento de seu texto a validade de sua argumentação, isto é, que “importa reconhecer que o paradigma gramsciano apresenta-se como uma das fontes inspiradores mais relevantes do soft power à margem da arquitetura tradicional do debate assente nas clivagens entre a escola liberal e realista” (pp. 07-08)

Todavia, é em Ramos e Zharan (2006) que encontramos texto de maior envergadura metodológica e teórica a respeito da influência do pensamento de Gramsci em Nye. O trabalho aqui apresentado coaduna-se com muitas das proposições realizadas pelos autores, principalmente no que tange à afirmação de que a relação das ideias de Nye com Gramsci se deu a partir da leitura empreendida por Nye do teórico canadense Robert Cox (p. 03).

O argumento dos dois autores consiste em demonstrar que o conceito de poder brando e o conceito gramsciano de hegemonia referem-se igualmente aos mesmos preceitos, isto é, “a um conjunto de princípios gerais, idéias (sic), valores ou instituições; compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos; mas que ao mesmo tempo são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro” (Idem, p. 6). Ramos e Zharan destacam também a relutância de Nye em discutir ou afirmar explicitamente a influência do autor italiano em seu pensamento, fato que é evidenciado pela ausência de debate no livro de Nye sobre o poder brando, *Bound to Lead* (1990), com os autores gramscianos ou neogramscianos na discussão sobre hegemonias e transições de poder justamente no período histórico onde tais autores ampliam a discussão sobre tais conceitos (Idem, pp. 03-04).

Em síntese, concluo essa seção apontando também para as relações entre as proposições de Nye e o pensamento de Gramsci, passando pela categoria de hegemonia deste último e por outros autores que também possuem tal opinião (mesmo que em graus distintos).

Na próxima seção, lanço mão de alguns comentários críticos sobre pontos metodológicos referentes ao poder brando e ao poder duro.

4 Críticas metodológicas às proposições de Nye

A partir da argumentação que leva em conta a relação de influência da obra de Gramsci em Nye aponto para uma apropriação incompleta do primeiro pelo segundo, isto significa dizer que o autor estadunidense ao tratar da questão do poder e, principalmente, do poder brando não consegue propor um conceito que dê conta da análise da realidade como o conceito gramsciano o faz. Tal constatação leva em consideração a separação que o autor de “*Soft Power*” faz do poder em duas faces, da falta de teorização a respeito da tangibilidade dos recursos de poder (ZAHARAN & RAMOS, 2006; 2010) e da própria tradição de pensamento na qual insere-se o autor. Avançaremos na discussão desses pontos a seguir.

A respeito da primeira constatação, destaco em Nye uma tentativa de estabelecer uma separação entre as faces do poder, dividindo-o em poder duro, relacionado aos modos mais tradicionais de emprego, como a força militar e as restrições econômicas, e em poder brando, relacionado com habilidades de persuasão, atração e aquiescência. Apesar da ampla utilização do conceito de “poder brando” no campo de estudos das Relações Internacionais, levando a uma certa cristalização do mesmo na disciplina, aferimos, junto com outros comentadores (ZAHARAN & RAMOS, 2010), que muitas vezes o sistema de poder desenhado por Nye manifesta-se ambíguo e vago.

A própria proposta metodológica do autor, de preconizar uma análise atenta à face comportamental da manifestação do poder e não somente às fontes de poder, carece de ferramentas que auxiliem esse objetivo, isto é, Nye não nos fornece nenhuma ferramenta metodológica ou teórica que permita discernir um comportamento de poder duro e um comportamento de poder brando, pelo contrário, o autor reserva-se apenas em exemplificar historicamente suas proposições (Idem). Isso implica que não há, a partir do esquema teórico desenvolvido por Nye, uma possibilidade de estabelecer metodologicamente o poder duro e o poder brando dentro de uma análise a não ser pela submissão dos casos reais à aproximações dos exemplos utilizados pelo autor, buscando encontrar similaridades.

Além disso, a vagueza e ambiguidade das definições de Nye corroboram para tornar uma análise empírica mais difícil. Ao afirmar que as fontes de poder duro e as fontes de poder brando não se relacionam perfeitamente ao comportamento de poder duro e ao comportamento de poder brando, o autor confunde ainda mais seu esquema de poder.

A questão da intangibilidade também cumpre a função de abrir mais lacunas não preenchidas pelo autor. Zahran e Ramos (2006; 2010) demonstram em seu artigo que Nye opta por não estabelecer a definição do que entende por tangibilidade em suas obras (lançando mão apenas de exemplos, como de costume). Essa opção acaba por ampliar as imprecisões dos conceitos de poder brando e poder duro, uma vez que Nye intenta associar o poder duro aos recursos tangíveis e o poder brando aos recursos intangíveis, sem demonstrar o que compreende por tangibilidade (Idem). Mais uma vez, notamos nesses casos a necessidade de preencher as lacunas dos conceitos do autor com a subjetividade.

Outro ponto também se torna importante: a questão da dependência ou não de um poder sobre o outro. Zahram e Ramos (Idem) apontam mais uma vez que essa forma de argumentação implica que a obra do autor não é capaz de minimizar o problema central: em todos os exemplos, a necessidade do poder duro ou dos recursos de poder duro estão presentes. Tal fato significa uma grande dificuldade na própria utilização autônoma do poder brando, isto é, coloca-se em questão, ao discernir que as lacunas do autor apontam para uma dependência do poder brando ante o poder duro, a própria efetividade do poder brando e sua possibilidade de emprego.

Observamos que tal problema descende da relação de independência entre poder duro e poder brando e que tal relação não condiz com a caracterização de um dos teóricos que – como já afirmei anteriormente – influenciaram o pensamento de Nye, a saber, o pensador Antonio Gramsci. A crítica amplia-se nesse momento, pois perpassa a própria consideração de “poder” levada em conta pelas tradições de pensamento presentes nos textos de Nye e a discussão gramsciana que extrapola o nível de tais proposições realistas e liberais – o *mainstream* teórico dentro das Relações Internacionais.

Aponto que a riqueza do texto gramsciano permite-nos pensar as questões que envolvem o “poder” em relação com as categorias de hegemonia e o desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista global. Isto implica dizer que o “poder”

preconizado por Nye não é algo homogêneo dentro do próprio Estado e tampouco pode ser aplicado de modo indistinto nas diferentes sociedades e nos diferentes ambientes dentro das sociedades.

Isso porque, em primeiro lugar, o poder não é somente o “poder do Estado” e não se dá na relação entre dois entes abstratos (Estados, monolíticos, racionais), essa é uma visão liberal na qual “O Estado é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional” (GRAMSCI, Q1§150, p. 133, tradução nossa)¹⁰. Ao invés disso, manifesta-se dentro de um Estado – sociedade política e sociedade civil – no qual o “momento de hegemonia” aparece como um processo dinâmico “constantemente construído e constantemente contestado através de diferentes formas de luta de classes e iniciativas contra hegemônicas” (MORTON, 2007, p. 78, tradução nossa).

No segundo ponto, recuperamos um excerto no qual Gramsci fala sobre o papel dos intelectuais na reificação do Estado enquanto absoluto racional em casos nos quais:

o impulso do progresso não está intimamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local que vem artificialmente limitado e reprimido, mas é um reflexo do desenvolvimento internacional que envia à periferia suas correntes ideológicas, nascidas na base do desenvolvimento produtivo dos países mais avançados (GRAMSCI, Q10II §61, p. 1360)¹¹

De onde depreendemos que a questão perpassa também o caráter do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, no qual o nacional é também influenciado pelo internacional. O conceito de poder de Nye não consegue dar conta de ambas as dinâmicas presentes na leitura do autor italiano. O estadunidense exorta *um poder brando*, abstrato, reificado.

Aponto a partir do exposto que as proposições de Nye consistem numa apropriação equivocada das categorias de Gramsci, ao tentar separar o poder duro (coerção) do poder brando (consenso) e colocar o peso de sua análise numa exortação do poder brando e de sua importância na política internacional. A ênfase demasiada nos aspectos que numa visão gramsciana fazem parte de um consenso, leva a incompreensão da realidade em termos orgânicos: a hegemonia carrega dentro de si a coerção e o consenso, a separação entre ambos

¹⁰Original: Lo Stato è concepito come una cosa a sé, come un assoluto razionale.

¹¹Original: la spinta del progresso non è strettamente legata a un vasto sviluppo economico locale che viene artificialmente limitato e represso, ma è il riflesso dello sviluppo internazionale che manda alla periferia le sue correnti ideologiche, nate sulla base dello sviluppo produttivo dei paesi più progrediti

é possível apenas metodologicamente e não organicamente. Isso nos leva a concluir que “Na medida em que ignora a hegemonia, Nye cria a ilusão de um aspecto de poder brando que poderia existir em si apenas pelo consenso, ignorando a realidade social permeada por mecanismos intrínsecos de coerção.” (ZHRAN & RAMOS, 2006, p. 22).

Observamos, sintetizando a crítica até aqui, que o autor estadunidense incorre em falhas ao: a) negar a relação de indissociabilidade e dependência da coerção e do consenso; b) perder de vista a complexidade da constituição do Estado em Gramsci; c) não atentar para o fato do desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista a nível global.

Proponho que a incompreensão de Nye das categorias gramscianas que culminaram nas imprecisões e lacunas metodológicas dentro da esquemática poder brando/poder duro derivam, em certa medida, do próprio contato do autor estadunidense com a obra de Gramsci por meio, de um lado, da deturpação que a obra do comunista sardo sofreu ao longo dos anos¹² e, por outro, das apreensões de Cox sobre esse.

No que se refere ao primeiro caso, Morton (2007) aponta as inúmeras tentativas de moldar as proposições gramscianas de acordo com os interesses de determinada época ou grupo, assim temos Gramsci como “caminho italiano do socialismo”, como “Leninista Italiano”; Gramsci como um pós-leninista a fim sustentar a ideia eurocomunista das décadas de 1970 e 1980; Gramsci como um pós-comunista a partir de 1990 e, até mesmo, um Gramsci liberal, com ênfase nas questões culturais por meio de um afastamento de seus escritos e a tradição do materialismo histórico (p. 80). Implicando que “Essa redução de Gramsci a outra(s) matriz(es) de “verdade”, conduziu à negação da sua originalidade teórica” (DIAS et al, 1996, p. 106)

Quanto ao segundo ponto, tal argumento se apoia, de um lado, na afirmação de Zahran e Ramos (2006, p. 03) de que Nye entrou em contato com Gramsci por meio de Cox e, por outro lado, nas proposições de Passos (2015) que sustentam haver mais pontos de distanciamento do que de aproximação entre os escritos de Cox e uma interpretação mais acurada de Gramsci. Para Passos o canadense propositor da “Teoria Crítica” no campos das relações internacionais incorre em falhas interpretativas no trato da obra gramsciana. Tais

¹² Para uma crítica das formas de deturpação dos escritos gramscianos ao longo dos anos ver o capítulo “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos” in: DIAS, E.F. et al, 1996, pp. 105-122.

falhas marcam a diferença entre a perspectiva gramsciana e a perspectiva adotada por Cox e se referem:

a) a desconsideração explícita da sua [Cox] filiação à teoria crítica de Horkheimer e a justaposição com categorias de Gramsci, portador de um estatuto epistemológico diferente daquele do filósofo alemão; b) a diferenciação entre as distintas temporalidades de nacional e internacional na visão gramsciana e o caráter transnacional de vários fenômenos na acepção coxiana; c) o caráter da sociedade civil e do bloco histórico na perspectiva da Gramsci e seu caráter generalizadamente transnacional na acepção coxiana; d) a aproximação de forma indireta entre Cox e a leitura hegemônica do PCI na apropriação do pensamento de Gramsci; e) o caráter eclético subjacente à concepção histórica coxiana por oposição ao historicismo absoluto gramsciano fundado em perspectiva da autossuficiência do materialismo histórico. (PASSOS, 2015)

Desse modo, sugiro que o contato realizado por Nye com a obra gramsciana por meio de Cox incorreu em vulgarizações das proposições originais do autor sardo, de modo que tais se manifestam nas imprecisões metodológicas na definição dos conceitos de “poder brando” e “poder duro”.

Visto isso, lanço mão de argumento a ser melhor desenvolvido em posteriores momentos. A discussão de Gramsci é muito mais ampla do que a discussão tradicional do poder empreendida pelos teóricos liberais e realistas na disciplina de Relações Internacionais. Seus escritos baseiam-se numa metodologia que permite inserir a discussão dos elementos da ciência política numa análise que os situem:

nos vários níveis da relação de forças, a começar pela relação das forças internacionais (onde se localizariam as notas escritas sobre o que é uma grande potência, sobre os agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos e, por conseguinte, sobre o conceito de independência e soberania no que se refere às pequenas e médias potências), passando em seguida às relações objetivas sociais, ou seja, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e às relações políticas imediatas (ou seja, potencialmente militares). (GRAMSCI, 2000, Q13 §2, pp. 19-20).

É a questão colocada por Gramsci – e perdida de vista pela tradição liberal de Nye – sobre a relação entre o internacional e as relações sociais fundamentais, no qual o internacional “indubitavelmente segue” as relações sociais fundamentais, mas “reage passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos)” (GRAMSCI, 2000, Q 13, § 2, p. 20).

Notavelmente, uma proposta metodológica de maior envergadura, onde o principal objetivo é estabelecer uma análise capaz de “justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade” (GRAMSCI, 2000, Q13 §17, p. 45). Assim a “análise das relações de força” abrange a questão do desenvolvimento desigual e combinado ao conceber que “estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas.” (GRAMSCI, 2000, Q13 §17, p. 42) E a análise aprofunda-se, uma vez que mesmo dentro do lócus de um Estado-Nação em específico existem “várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus” (idem), como os escritos de “*Alcuni temi della quistione meridionale*” demonstram.

Aponto, em síntese, que as lacunas conceituais acima apresentadas demonstram que o esquema de poder desenhado por Nye em 1990 e aperfeiçoado ao longo dos anos não consegue fornecer um painel teórico e metodológico completo. Além disso, constatamos – apesar da necessidade de maior aprofundamento da pesquisa – que a discussão empreendida pelo teórico do poder brando sobre a temática do “poder” insere-se numa das tradições de pensamento hegemônica dentro das Relações Internacionais. Inerente, portanto, de que modo as proposições gramscianas, atentas à dinâmicas não compreendidas pelos conceitos estáticos da tradição de pensamento de Nye, abrem espaço para discussões mais profundas, de modo a apresentar uma postura crítica que traga consigo um visão do Estado que aponta para os embates entre suas coletividades internas e para a questão do desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista.

5 Considerações finais

Após o discutido farei nessa seção algumas considerações parciais obtidas com o atual andamento da pesquisa. É importante reiterar, mais uma vez, a semelhança e a influência da categoria gramsciana dentro do pensamento do autor estadunidense. Os conceitos preconizados por Nye já integravam, de certo modo, a noção de hegemonia. A divisão arbitrária e sem respaldo metodológico entre o poder brando e o poder duro – as partes do centauro – implicam em falhas que requerem do leitor/estudioso um uso de aproximações aos exemplos oferecidos por Nye em seus livros a fim de discernir entre um comportamento e outro.

Nesse sentido, aponte que um dos fatores responsáveis por essa apropriação falha das categorias de Gramsci se dá pelo contato do estadunidense Nye com as obras do italiano em versões deturpadas e das leituras de Cox.

Enfim, a crítica deve ser expandida para o próprio modo tradicional de pensar as Relações Internacionais. Procuramos demonstrar que a obra gramsciana contribui em muito para aprofundar o nível de análise desse campo de estudo, concebendo formulações e propostas metodológicas que escapam às concepções abstratas do “Estado” e do “poder” liberais.

6 Referências Bibliográficas

BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política. São Paulo: Alameda, 2008.

DIAS, Edmundo Fernandes et al. O Outro Gramsci. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

EUSTÁQUIO, Victor. Notas sobre a problemática do poder: O paradigma gramsciano como fonte da teoria do soft power. Disponível em:

<https://www.academia.edu/3511802/O_paradigma_gramsciano_como_fonte_do_soft_power>.

Acesso em: 15 de abr de 2016.

FERREIRA, Marcos A. F. S. Definições conceituais para o entendimento da política externa dos Estados Unidos: as noções de poder duro (hard power) e poder brando (soft power). Disponível em:<<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/marcos.pdf>>. Acesso em 18 de mai de 2016

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere: edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Edizione elettronica a cura dell’International Gramsci Society, v. 1.0, s.d.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KEOHANE, Robert O & Joseph S. Nye Jr. Power and Interdependence in the information age. Foreign Affairs, v. 77, n. 5, pp. 81-94, 1998.

LI, Lin & HONG, Xiaonan. The Application and Revelation of Joseph Nye’s Soft Power Theory. Studies in Sociology of Science, vol 3, nº 2, 2012, pp. 48-52.

MERCER, Collin. Antonio Gramsci and 'soft power': e-laborare or the work and government of culture. Disponível em: <http://www.academia.edu/3703420/Antonio_Gramsci_and_soft_power_e-laborare_or_the_work_and_government_of_culture>. Acesso em 22 de abr de 2016.

MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*. Londres: Pluto Press, 2007.

NYE Jr, Joseph S Jr. *Bound to Lead: the Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books, 1990.

_____. *Cyber Power*. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2010.

_____. *Is the American Century Over?* Malden: Polity, 2015.

_____. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

_____. *Softpower: the means to success in World Politics*. New York: PublicAffairs, 2004.

_____. *The future of power*. New York: Public Affairs, 2011.

_____. *The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. *Think Again: Soft Power*. *Foreign Policy*, 2006. Disponível em:
<http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power>. Acesso em: 30 mar 2015.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência?* Relatório Final de Pesquisa apresentado ao CNPq, mimeo, 2015.

ZAHARAN, Geraldo & RAMOS, Leonardo. *Da hegemonia ao Poder Brando: implicações de uma mudança conceitual*. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2006.

ZAHARAN, Geraldo & RAMOS, Leonardo. *From hegemony to soft power: implication of a conceptual change* In: PARMAR, Inderjeet & COX, Michael (Eds.) *Soft Power and US Foreign Policy: theoretical, historical and contemporary perspectives*. Abingdon: Routledge, 2010, p. 12-31.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950